



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão para futura e eventual Contratação de empresa para construção de lavador de veículos no setor de transporte da Prefeitura Municipal de Bocaiuva/MG, nos termos da planilha orçamentaria, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3 - DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

3.1 Considerando as características do(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s), o objeto desta contratação foi caracterizado como serviço(s) comum(ns), conforme Estudo Técnico Preliminar, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Serviços Preliminares

4.1.1 Escavação Mecânica de Valas: Realização de escavações de valas com profundidade até 1,5 metros, utilizando equipamentos mecânicos. Inclui carga no caminhão, mas exclui transporte e descarga. Unidade: m³.

4.1.2 Apiloamento Manual: Compactação do fundo da vala com soquete manual. Este serviço não inclui a escavação. Unidade: m².

4.1.3 Regularização e Compactação de Terreno: Preparação do terreno com

compactação mecanizada usando placa vibratória. Não inclui desmatamento, destocamento ou limpeza do terreno. Unidade: m².

4.1.4 Alvenaria de Bloco de Concreto Cheio: Construção de paredes de alvenaria com blocos de concreto, incluindo armaduras e argamassa para assentamento. Unidade: m².

4.1.5 Lastro de Concreto Magro: Aplicação de camada de concreto magro, incluindo transporte, lançamento e adensamento. Unidade: m³.

4.1.6 Contrapiso Desempenado com Argamassa: Execução de contrapiso com argamassa, desempenado, com espessura de 50 mm. Unidade: m².

4.1.7 Fornecimento de Concreto Estrutural (Pilar): Concreto estrutural, preparado em obra, com fck 25MPa, incluindo lançamento, adensamento e acabamento para pilares. Unidade: m³.

4.1.8 Fôrma e Desforma para Pilar de Madeira: Montagem e desmontagem de fôrmas para pilares em madeira, com reaproveitamento. Exclui escoramento. Unidade: m².

4.1.9 Fornecimento de Concreto Estrutural (Rampa): Concreto estrutural, preparado em obra, com fck 25MPa, incluindo lançamento, adensamento e acabamento para rampas. Unidade: m³.

4.1.10 Tela de Aço CA-60 Soldada: Fornecimento e instalação de tela de aço CA-60, tipo Q-138, para reforço de concreto. Unidade: m².

4.1.11 Escada de Concreto Aparente: Execução de escada de concreto aparente com fôrmas plastificadas, armação, escoramento e desforma. Unidade: m³.

4.1.12 Grelha Fofa Articulada: Fornecimento e instalação de grelha articulada, adequada para cargas até 1,5 toneladas. Unidade: un.

4.1.13 Corte, Dobra e Montagem de Aço CA-50: Execução de corte, dobra e montagem de barras de aço CA-50, diâmetro de 10mm, incluindo espaçadores. Unidade: kg.

4.1.14 Corte, Dobra e Montagem de Aço CA-60: Similar ao item anterior, mas utilizando barras de aço CA-60, com diâmetro de 5mm. Unidade: kg.

4.1.15 Alvenaria de Vedação com Tijolo Cerâmico: Construção de alvenaria de vedação com tijolos cerâmicos furados, com espessura de 9cm, incluindo argamassa para assentamento. Unidade: m².



4.1.16 Chapisco com Argamassa: Aplicação de chapisco em teto, utilizando argamassa com traço 1:3 (cimento e areia), com espessura de 5mm. Unidade: m².

4.1.17 Cobertura em Telha de Fibrocimento: Instalação de telhas de fibrocimento onduladas, incluindo acessórios de fixação e içamento manual vertical. Unidade: m².

4.1.18 Porta Metálica Tipo de Abrir: Fornecimento e instalação de porta metálica de abrir, com chapa galvanizada e pintura anticorrosiva. Unidade: m².

4.2. Sapatas

4.2.1 Concreto Estrutural (FCK 20MPa): Concreto preparado em obra com betoneira, controle tipo "A", incluindo brita nº 1 e 2, com consistência para vibração. Unidade: m³.

4.2.2 Corte, Dobra e Montagem de Aço CA-50 (6,3mm): Execução de corte, dobra e montagem de barras de aço CA-50, diâmetro de 6,3mm, incluindo espaçadores. Unidade: kg.

4.3. Caixa D'Água

4.3.1 Escavação Manual de Vala: Escavação manual de vala com profundidade entre 1,5m e 3,0m, incluindo descarga lateral. Unidade: m³.

4.3.2 Alvenaria de Vedação com Tijolo Cerâmico (14cm): Similar ao item 1.15, mas com tijolos de espessura de 14cm. Unidade: m².

4.3.3 Caixa D'Água de Polietileno: Fornecimento e instalação de caixa d'água de polietileno com capacidade de 5.000 litros, incluindo todos os acessórios necessários. Unidade: un.

4.3.4 Lastro de Brita: Aplicação de lastro de brita com pedra britada nº 2 e 3, incluindo adensamento e apiloamento manual. Unidade: m³.

4.4. Estrutura de Telhado

4.4.1 Estrutura Metálica e Engradamento: Fornecimento e instalação de estrutura metálica para cobertura, incluindo pintura anticorrosiva. Unidade: m².

4.4.2 Cobertura em Telha Metálica Galvanizada: Instalação de telhas metálicas galvanizadas onduladas, incluindo acessórios para fixação. Unidade: m².

4.5. Elétrico



- 4.5.1 Conjunto de Três Interruptores Simples: Fornecimento e instalação de conjunto de interruptores simples, incluindo suporte, módulo e placa. Unidade: un.
- 4.5.2 Soquete de Baquelite: Fornecimento e instalação de soquetes de baquelite base E27. Unidade: un.
- 4.5.3 Lâmpada LED 20W: Fornecimento e instalação de lâmpada LED, com base E27, potência de 20W. Unidade: un.
- 4.5.4 Eletroduto de PVC Rígido (25mm): Fornecimento e instalação de eletroduto de PVC rígido roscável, com diâmetro nominal de 25mm. Unidade: m.
- 4.5.5 Eletroduto de PVC Rígido (20mm): Similar ao item anterior, mas com diâmetro nominal de 20mm. Unidade: m.
- 4.5.6 Eletroduto de PVC Rígido (50mm): Similar ao item anterior, mas com diâmetro nominal de 50mm. Unidade: m.
- 4.5.7 Eletroduto de PVC Rígido (100mm): Similar ao item anterior, mas com diâmetro nominal de 100mm. Unidade: m.
- 4.5.8 Conjunto de Duas Tomadas Padrão Vermelha: Fornecimento e instalação de conjunto de duas tomadas padrão vermelha, uso específico, com tensão de 250V. Unidade: un.
- 4.5.9 Cabo de Cobre Flexível (1,5mm²): Fornecimento e instalação de cabo de cobre flexível, classe 5, com isolamento termoplástico. Unidade: m.
- 4.5.10 Cabo de Cobre Flexível (2,5mm²): Similar ao item anterior, mas com seção de 2,5mm². Unidade: m.
- 4.5.11 Cabo de Cobre Flexível (4mm²): Similar ao item anterior, mas com seção de 4mm². Unidade: m.
- 4.5.12 Disjuntor Tripolar (10A): Fornecimento e instalação de disjuntor tripolar tipo DIN, com corrente nominal de 10A. Unidade: un.
- 4.5.13 Disjuntor Monopolar (10A): Similar ao item anterior, mas monopolar. Unidade: un.
- 4.5.14 Quadro de Distribuição para 12 Módulos: Fornecimento e instalação de quadro de distribuição com barramento e chave para até 12 módulos. Unidade: un.

4.6. 6. Caixa Separadora

- 4.6.1 Escavação Mecânica de Valas: Similar ao item 1.1, mas para valas destinadas



à instalação da caixa separadora. Unidade: m³.

4.6.2 Alvenaria Estrutural com Bloco de Concreto (14cm): Construção de alvenaria estrutural com blocos de concreto de 14cm, acabamento aparente. Unidade: m².

4.6.3 Caixa Separadora Água e Óleo: Fornecimento e instalação de caixa separadora de água e óleo com capacidade de 1500 litros. Unidade: un.

4.6.4 Lastro de Areia: Aplicação de lastro de areia, incluindo adensamento e apiloamento manual. Unidade: m³.

4.7. Outros

4.7.1 Limpeza Final para Entrega da Obra: Realização da limpeza final de toda a área da obra, para entrega ao contratante. Unidade: m².

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do contrato é de até 12 meses, podendo ser prorrogado, por igual período, conforme art. 84 Lei nº 14.133/2021.

5.2 O cronograma de execução da obra, está estabelecido em 3 meses para conclusão do serviço.

5.3 O contrato terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

5.4 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual,

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO



DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratada deverá entregar o objeto conforme especificações deste termo de referência, seus anexos e de sua proposta, caso persistindo dúvida quanto ao objeto, a licitante deverá entrar em contato com o fiscal do contrato para os esclarecimentos de suas dúvidas, de forma que a prestação dos serviços seja executada de acordo com sua natureza prevista no Termo de Referência, e ainda:

- a) executar todas as tarefas com perfeição e acuidade, tomando como base o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projetos Técnicos, anexos ao processo de contratação, atendendo a legislação e normas técnicas aplicáveis e vigentes.
- b) fornecer material de boa qualidade, que deverá ser aprovado pelo responsável pela fiscalização, apresentando-se de forma integral, sem qualquer irregularidade que possa colocar em risco a qualidade dos serviços realizados.
- c) fornecer de mão de obra especializada (operador de máquinas, serventes, etc.), bem como de ferramentas apropriadas, equipamentos e veículos necessários ao cumprimento do objeto.
- d) realizar os serviços de mobilização de mão de obra, montagem do canteiro de obras e desmobilização de mão de obra e equipamentos sob sua responsabilidade.
- d) tomar todas as providências necessárias para prevenir possíveis acidentes que possam ocorrer, por falta ou deficiência de sinalização, e/ou proteção dos serviços, e deverá seguir todas as exigências e determinações estipuladas pelas normas técnicas vigentes.
- e) sinalizar a obra obedecendo às normas e procedimentos existentes no CTB – Código de Trânsito Brasileiro.
- f) realizar a limpeza das áreas afetadas pelos serviços, removendo-se todos os



detritos originados, que deverão ser levados a bota-fora licenciado.

g) manter um encarregado responsável pelo recebimento das ordens de serviço e contato com o diretor para recebimento do material e do reparo.

h) assumir inteira responsabilidade pela execução, acabamentos, resistência e estabilidade da obra e a executará com materiais de primeira linha e qualidade comprovadas, fornecendo todos os materiais especificados.

i) tomar as precauções necessárias para evitar danos às canalizações, redes e a segurança dos operários e transeuntes durante a execução, fornecendo os equipamentos mecânicos e ferramentais necessários, providenciando o transporte de materiais e serviços, dentro e fora do canteiro.

j) refazer todo e qualquer serviço que, a critério da fiscalização, estiver em desacordo com as especificações, com a qualidade de execução ou dos materiais empregados, sem ônus para o controle.

k) zelar pela manutenção e pelo uso de equipamentos de prevenção de acidentes dos funcionários, de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho e Equipamentos (EPI's), da segurança de máquinas e equipamentos, e da prevenção de incêndio, com o uso de extintores adequados.

l) manter as obras permanentemente limpas, devendo o entulho ser transportado para caçambas, durante todo o período de execução da obra deverão ser mantidos em perfeitas condições de tráfego os acessos à obra para veículos e pedestres.

m) responsabilizar-se em apresentar solução adequada aos esgotos e resíduos sólidos do canteiro.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1 O prazo de execução do(s) serviços(s) começará a fluir a partir do (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Autorização de início de obra, a ser emitido pelo prefeito Municipal ou pelo setor requisitante da(o) Prefeitura Municipal de Bocaiuva.

O projeto envolve a construção de um lavador de veículos que inclui:

- **Rampa de Acesso:** Estrutura em concreto armado para permitir o acesso dos veículos.



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

- **Telhado:** Cobertura metálica para proteção contra intempéries.
- **Instalações Elétricas e Hidráulicas:** Infraestrutura necessária para o funcionamento do lavador.
- **Caixa D'Água e Caixa Separadora:** Sistema de armazenamento de água e separação de óleo.
- **Planejamento e Licenciamento**
- **Identificação da Área:** Definição do local exato para a construção.
- **Licenças:** Obtenção de todas as licenças necessárias junto aos órgãos municipais e estaduais.
- **Serviços Preliminares**
- **Terraplenagem:** Nivelamento e preparação do solo, incluindo a escavação de valas conforme o projeto.
- **Apiloamento e Compactação:** Compactação manual e mecanizada do solo para garantir uma base sólida.
- **Execução da Estrutura**
- **Fundação:** Construção das fundações necessárias, utilizando concreto armado.
- **Alvenaria:** Levantamento das paredes com blocos de concreto e tijolos cerâmicos, seguindo as especificações do projeto.
- **Concretagem da Rampa e Pilar:** Lançamento do concreto para a rampa de acesso e pilares de suporte.
- **Cobertura e Telhado**
- **Estrutura Metálica:** Montagem da estrutura metálica que suportará o telhado.
- **Instalação de Telhas:** Colocação das telhas metálicas galvanizadas, garantindo uma cobertura adequada.
- **Instalações Hidráulicas e Elétricas**
- **Caixa D'Água:** Instalação de uma caixa d'água de polietileno com capacidade de 5.000 litros, incluindo toda a tubulação necessária.
- **Caixa Separadora de Água e Óleo:** Implementação de uma caixa separadora para tratar a água utilizada no lavador, garantindo a conformidade ambiental.
- **Infraestrutura Elétrica:** Instalação de interruptores, tomadas, lâmpadas LED, eletrodutos e quadro de distribuição.





- **Acabamentos Finais**
- **Revestimentos:** Aplicação de chapisco e outros acabamentos nas superfícies de concreto e alvenaria.
- **Limpeza e Testes:** Limpeza final da obra e realização de testes nas instalações hidráulicas e elétricas para assegurar o funcionamento correto.
- **Controle de Qualidade**
- **Acompanhamento Técnico:** Supervisão constante da obra por engenheiros civis e arquitetos para garantir a conformidade com o projeto.
- **Testes de Estrutura:** Verificação da resistência do concreto, alinhamento da estrutura metálica, e funcionamento dos sistemas elétrico e hidráulico.
- **Entrega do Projeto**
- **Inspeção Final:** Realização de uma inspeção final para garantir que todos os aspectos do projeto estejam em conformidade com as especificações e regulamentações locais.
- **Documentação de Entrega:** Fornecimento de toda a documentação necessária, incluindo manuais de operação e manutenção dos sistemas instalados.

10- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência

10.3 O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, com fundamento em critérios objetivos, a substituição do profissional indicado pela CONTRATADA, caso não esteja desempenhando ou correspondendo nas funções determinadas.

10.4 O fiscal poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com



informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.5 O Gestor e o Fiscal do contrato, e seus suplentes, serão designados em Portaria pela autoridade competente após a fase externa da licitação, no momento da elaboração e assinatura contratual.

10.6 Estão previamente indicados como Gestor do contrato, o Secretário Responsável pela Pasta, e como Suplente, o seu eventual substituto.

10.7 Está previamente indicado como Fiscal do contrato, o servidor Helder Lima Goudinho.

11- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

11.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.1.2 Não produzir os resultados acordados;

11.1.3 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.4 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12- DO RECEBIMENTO

12.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

12.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.3 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do serviço mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.4 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir,

às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.6 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.8 Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos documentações apresentadas, quando for o caso;

12.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução dos serviços.

12.14 O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra



forma simples, quando forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.

13- LIQUIDAÇÃO

13.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2 Os documentos fiscais de cobrança deverão ser entregues, juntamente com a ordem de fornecimento, o setor de compras da prefeitura municipal de Bocaiuva, situada na Rua Mariana de Queiroga, 141, centro.

13.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do processo licitatório e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do serviço;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.6 A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas.

13.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14- PRAZO DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

15- FORMA DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando



houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16- REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

17- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO , obrigatório o licitante a participação em todos os itens.

17.2 Modo de disputa

17.2.1 Modo de disputa – Aberto

17.3 Exigências de habilitação

Qualificação Técnica

17.3.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

17.3.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

17.3.3 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade

17.3.4 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

17.3.5 Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

17.3.6 Para Engenheiros Civis, serviços de: Execução de obra com respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART)

17.3.7 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.



17.3.8 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17.3.9 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 O custo estimado da Considerando as informações acima relatadas, justificamos assim o valor do Orçamento Sintético, conforme documento em anexo. Desta forma a quantificação dos serviços está estimada em R\$ 131.886,53 (Cento e trinta e um mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos

19- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Bocaiuva/MG.

19.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

19.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando se tratar de serviços e fornecimento contínuos será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 São obrigações da Contratante:



- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 Cumprir todas as suas obrigações constantes neste Termo de Referência, bem como nos Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária, demais documentos técnicos e anexos, e, ainda:

- a) responsabilizar-se pelos encargos sociais, taxas, encargos ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como qualquer responsabilidade de vínculo empregatício e obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado nos serviços, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda, devendo atender o disposto na legislação trabalhista e previdenciária;
- b) responsabilizar-se pelos materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, EPI's, insumos e transporte necessários à elaboração e impressão dos projetos, bem como encargos decorrentes da aprovação e licenciamento junto aos órgãos próprios para execução dos serviços contratados;
- c) responsabilizar-se por qualquer acidente que venha a ocorrer com os empregados envolvidos na execução dos serviços;
- d) responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, especialmente no que se refere a prejuízos causados por erros quantitativos ou financeiros da planilha orçamentária elaborada pela CONTRATADA;

e) atender prazos, especificações técnicas, normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez;

f) submeter-se às normas administrativas, operacionais e de segurança da CONTRATANTE; g) manter e zelar pelos objetos e equipamentos que eventualmente sejam colocados à sua disposição pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pela reposição ou recuperação dos mesmos;

h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) indicar preposto para representá-la durante a execução dos serviços, se for o caso;

j) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

k) registrar via e-mail para o funcionário designado pela CONTRATANTE, todos os impedimentos que possam afetar o cronograma de trabalho;

l) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, sobretudo no que se refere às condições médicas dos servidores públicos municipais;

m) fornecer e assegurar a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva necessários à proteção da integridade física dos seus trabalhadores, caso necessário;

n) indicar responsável técnico pelo serviço, com Registro de Responsabilidade Técnica devidamente no registrada no CREA;

o) comprovar o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do MINAS GERAIS (CREA/MG) ou visto deste, no caso de empresas não sediadas no Estado do MG, da empresa licitante e de seu responsável técnico;

p) comprovar o vínculo do profissional indicado como responsável técnico da





CONTRATADA, durante toda a execução do serviço;

q) recolher o documento de Responsabilidade Técnica emitido pela entidade de classe competente;

r) indicar outras obrigações referentes ao objeto no caso concreto.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23 DAS PENALIDADES

23.1 A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, entregar o objeto, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de BOCAIUVA, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

23.2 O Licitante que descumprir injustificadamente as regras do Edital, por sua



participação em processo

23.3 licitatório será penalizado com multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas nos inc. III e IV, do § 1º, art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

23.4 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, de acordo com o art. 156, da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa monetária;
- c) rescisão de contrato;
- d) impedimento do direito de licitar junto ao Município de BOCAIUVA;
- e) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de BOCAIUVA.

23.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;.
- e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.6 Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163, da Lei nº 14.133/2021:

23.7 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

23.8 Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total corrigido do contrato, por dia de atraso no fornecimento de materiais e serviços, até o limite de 30 dias.

23.9 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato, quando ao licitante vencedora ou contratado, se for o caso:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante;



- c) executar o objeto desse certame em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
- f) recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, os serviços ou fornecimento contratados;
- g) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

23.10 A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir, comunicado por escrito pela fiscalização ao gestor do contrato.

23.11 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021;

23.12 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155 da mesma Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

23.13 As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do § 1º, art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados Quando o objeto do contrato não



for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.

23.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

23.15 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

23.16 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado

23.17 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24 GARANTIA

24.1 Toda a O prazo de garantia da obra será de 5 anos, nos termos do Art. 618 de Código Civil.

24.2 Durante o período da garantia, o CONTRATADO obriga-se a efetuar, sem ônus para o Município de Bocaiuva, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

25- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

25.1 As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

25.2 Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Bocaiuva, 10 de outubro de 2024.

Antônio Renato L. Santos
Secretário Municipal de Obras,
Infraestrutura e Urbanismo

Antônio Renato Leal Santos

Secretário Municipal de Obras Infraestrutura e Urbanismo

HELDER LIMA
GOUDINHO:0
9664518646

Assinado digitalmente por HELDER LIMA
GOUDINHO:09664518646
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF A3, OU=Presencial, OU=
29113745000149, OU=AC SyngularID
Multipla, CN=HELDER LIMA
GOUDINHO:09664518646
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.10.08 10:40:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Helder Lima Goudinho

Engenheiro Civil

CREA/MG: 251652/D

